

Desmatamento e ocupação desordenada ameaçam conservação do Cerrado

Com mais da metade de sua área degradada, o Cerrado ainda aguarda o título de Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, como já obtido por outros ecossistemas do Brasil

Débora Brito/Agência Brasil

Depois da Amazônia, o Cerrado é o maior bioma da América do Sul. Especialistas alertam para os danos irreversíveis que o intenso processo de degradação pode trazer não só para o bioma, mas também para a sociedade, ao pôr em risco a disponibilidade de água e a regulação do clima.

O Cerrado se estende por mais de 2 milhões de km² do território brasileiro, o que equivale a quase 24% do país. Contudo, a área com vegetação íntegra do bioma já foi reduzida a cerca de 20% de sua cobertura original. Um estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) mostra que em 15 anos de desmatamento no Cerrado foi mais intenso que na Amazônia. De 2000 a 2015, o Cerrado perdeu 236 mil km², enquanto a perda na Amazônia, bioma duas vezes maior, foi de 208 mil km². Só no ano de 2015, o volume desmatado do Cerrado correspondeu a mais da metade da área devastada da floresta amazônica.

“A gente vê a expansão do agronegócio de maneira desenfreada no Cerrado, como se isso fosse totalmente natural. Esse é um dos motivos de tentar chamar a atenção para essa situação do Cerrado, que é um bioma que está se esvaindo rapidamente, sendo convertido em pastagens e áreas agrícolas de uma maneira desordenada”, alerta a bióloga Nurit Bensusan, coordenadora adjunta do programa de políticas e direitos do Instituto Socioambiental (ISA).

Para especialistas, o reconhecimento do Cerrado como Patrimônio Nacional é fundamental para a conservação do bioma. A Constituição de 1988 concedeu o título à Floresta Amazônica brasileira, Mata Atlântica, Serra do Mar, ao Pantanal Mato-Grossense e à Zona Costeira e estabelece que essas áreas e seus recursos naturais devem ser usados “dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente”.

Tramita desde 2003 no Congresso uma proposta que pretende incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. Já foi aprovada no Senado e aguarda, desde 2010, apreciação do plenário da Câmara.

“Ainda há um grande desconhecimento por parte da população brasileira do que é a realidade de ocupação do Cerrado e como este processo nos afeta. O reconhecimento como patrimônio nacional tem um peso importante para sua proteção, não é uma questão local. A conservação do Cerrado tem repercussões e benefícios para o Brasil inteiro”, completou a professora Mercedes, do Departamento de Ecologia da UnB.

As consequências da degradação poderão, no futuro, inviabilizar o próprio agronegócio. A mudança no ambiente alterou o regime de chuvas e de produção de alimentos no



ecossistema que tem a maior produção agrícola e pecuária do país. “Metade do Cerrado foi destruída, mas o que sobra dos outros 50% não são áreas inteiras, são áreas fragmentadas, pequenas ilhazinhas de cerrado. E as áreas fragmentadas não conservam aquela diversidade biológica, a mesma flora e fauna das áreas inteiras, mesmo que essa área esteja protegida por uma unidade de conservação”, explica a bióloga Nurit.

Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam que a área desmatada no Cerrado entre 2013 e 2015 foi de quase 19 mil km², uma média atual de 9,4 mil km² por ano. Antes de 2008, essa média era de 15,7 km². Segundo o Ministério

das Cidades, que coordena o Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, o resultado mostra redução de 37% no ritmo de desmatamento.

O ministério ressaltou que o percentual se aproxima da meta de redução em 40% do desmatamento do Cerrado estabelecida pela Política Nacional de Mudança do Clima até 2020. Mesmo com a redução, a pasta informou que “o governo continuará atuando até conter todo o desmatamento ilegal no bioma”. Diferentemente da Amazônia, o monitoramento da degradação do Cerrado não é avaliado anualmente, mas, segundo o Ministério do Meio Ambiente, ainda este ano serão lançados os dados referentes a 2016 e 2017, e o Cerrado passará a contar com dados anuais.

O governo federal aprovou, em dezembro de 2016, a 3ª fase do chamado PPCerrado, plano de prevenção e controle do desmatamento. O programa, que será implementado até 2020, prevê o ordenamento fundiário e territorial, monitoramento e controle, promoção de cadeias produtivas sustentáveis e instrumentos normativos e econômicos. No âmbito da fiscalização, o

Ministério do Meio Ambiente informou que nos últimos 5 anos foram instaurados cerca de 2,3 mil processos de infração contra a flora.

O Cerrado abriga 5% da biodiversidade do mundo. É a savana com a maior diversidade de árvores e onde vivem 12 mil espécies de plantas nativas, além de mais de 2,5 mil espécies de animais, entre mamíferos, aves, peixes, anfíbios e répteis, e cerca de 67 mil espécies de invertebrados. No entanto, 20% das espécies nativas e endêmicas já não são encontradas nas áreas protegidas do Cerrado, onde pelo menos 137 espécies de animais estão ameaçadas de extinção.

O ecossistema tem cerca de 60 unidades de conservação, que protegem cerca de 8% da área total do bioma. Ele também é considerado o berço das águas, pois concentra as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul e a cabeceira de importantes rios, lagos e córregos responsáveis pela distribuição de água no Brasil. Apesar do grande volume de água, alguns estados e o Distrito Federal estão enfrentando grave crise hídrica. “Não se trata de inventar a roda, tem soluções que poderiam ser feitas a curto prazo e com efeitos positivos. Uma delas é evitar desperdício, pensar num uso mais sustentável da água na agricultura, em outro modelo de agronegócio que combine conservação e produção, além de usar menos agrotóxicos que poluem a água”, explica a especialista Bensusan.



A vegetação do Cerrado está presente nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo, Distrito Federal, além de ocorrências no Amapá, Roraima e Amazonas. Na área de Cerrado, vive cerca de 40% da população brasileira e diferentes comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhos, os chamados geraizeiros (do Cerrado do norte de Minas Gerais), quebradores de babaçu e quilombolas.

“Os povos do Cerrado são muito importantes, porque têm formas de vida tradicionais ligadas à natureza e que mantêm essa vegetação e essa fauna. À medida que os modos de vida dessas populações colapsam, a ameaça ao Cerrado duplica, porque essas pessoas têm que migrar para outras formas de uso da terra e dos recursos naturais que são mais predatórias, além da própria ameaça ao modo de vida dessas pessoas”, analisa a bióloga Bensusan.

Os pesquisadores estão trabalhando em conjunto com a UnB, que começou a desenvolver este ano um projeto de sensoriamento remoto para estabelecer conexões entre informações de segurança hídrica, energética e alimentar e as comunidades tradicionais que vivem no Cerrado. O projeto vai consolidar na forma de mapas diferentes informações do bioma, por exemplo a variabilidade do clima nos últimos anos e as projeções futuras de mudanças climáticas com os possíveis impactos sobre a cadeia produtiva. Os primeiros resultados devem sair até o fim deste ano e serão levados pelos cientistas aos gestores públicos para basear as decisões sobre o tema.

“Hoje, a questão central do Cerrado é fazer uma boa gestão territorial que permita você ter o desenvolvimento da agricultura sem ocupar novos espaços e ao mesmo tempo garantir a segurança de fornecimento de água, alimentos e a utilização racional dos recursos energéticos nessa ocupação”, explica a professora Mercedes Bustamante, coordenadora do projeto.



O Cerrado é o bioma mais afetado nas Américas pelas queimadas.

Fabio Rodrigues/ABR



Área de cerrado desmatada para plantio no município de Alto Paraíso, em Goiás.

Marcelo Camargo/ABR